



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho, direitos e lutas de classes.

## DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA

LUANA REIS ANDRADE<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende analisar as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, recuperando o pensamento de Florestan Fernandes, bem como a forma de integração do país à economia internacional, subordinada aos interesses dos países imperialistas. O processo de conformação do Estado brasileiro é abordado, evidenciando como ele foi marcado pela violência, cerceamento da fala e anulação do dissenso, evidenciando a incompatibilidade da dominação burguesa com a democracia. A compreensão de tais conceitos se faz necessária e urgente, frente à necessidade de reorganização da classe trabalhadora no processo de resistência aos ataques ferozes aos seus direitos.

**Palavras-chave:** Capitalismo Dependente; Formação Social; Luta de Classes.

## CAPITALISM'S DEVELOPMENT IN BRAZIL: DOMINATION AND RESISTANCE

**Abstract:** The present work intends to analyze the peculiarities of the development of capitalism in Brazil, recovering the thought of Florestan Fernandes, as well as the form of integration of the country to the international economy, subordinated to the interests of the imperialist countries. The process of conformation of the Brazilian State is approached, evidencing how it was marked by violence, restriction of speech and annulment of dissent, showing the incompatibility of bourgeois domination with democracy. The understanding of these concepts becomes necessary and urgent, in the face of the need to reorganize the working class in the process of resistance to ferocious attacks on their rights.

**Keywords:** Dependent Capitalism; Social Formation; Class struggle.

### 1. INTRODUÇÃO

Para se manter e se desenvolver, o capitalismo demanda constantemente novas forças produtivas materiais do trabalho, e, para isso, se estende e cria vínculos em âmbito mundial. De acordo com Marx e Engels (2004):

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, e por conseguinte as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, ao contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A contínua revolução da produção, o abalo

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <luanandrade04@gmail.com>

constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com o seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas ligações recíprocas.

A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda a parte, instalar-se em toda a parte, criar vínculos em toda a parte. (p. 48)

O processo de evolução e desenvolvimento do capitalismo precisa ser compreendido no contexto econômico, social e político em que está inserido, ou seja, as particularidades da formação social do país em questão devem ser consideradas ao concentrarmos a análise sobre ele.

Para isso, recuperamos o pensamento de Fernandes (2006, 1980, 1975, 1968) e dos conceitos brilhantemente desenvolvidos por ele, a fim de compreender as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com ênfase no processo de mercantilização da força de trabalho no país, considerando a “Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado”.

Também abordamos, brevemente, algumas características do processo de conformação do Estado brasileiro, marcado pela violência, cerceamento da fala e anulação da política frente às tentativas das classes dominadas de *fazer política*.

A análise de tais elementos se faz necessária para compreender a situação atual da classe trabalhadora brasileira, diante dos crescentes ataques aos seus direitos, que evidenciam o caráter despótico e ultraconservador da burguesia brasileira.

## **2. O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL**

De acordo com Fernandes (1975), o capitalismo não se desenvolve segundo um único padrão e está sujeito a diversas variáveis, de acordo com os interesses estamentais ou de classe abarcados pelo processo de desenvolvimento. No caso brasileiro, tal desenvolvimento se deu de forma dependente, diferindo dos países centrais ou hegemônicos.

Isto está intimamente ligado a “Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado” da sociedade que se “refere às distintas proporções no crescimento da vida social (...) à correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico”. (NOVACK, 1988, p. 9)

O capitalismo é um sistema econômico mundial. Nos últimos cinco séculos se desenvolveu de país a país, de continente a continente, e passou através das fases sucessivas do capitalismo comercial, industrial, financeiro e capitalismo estatal monopolista. Cada país, mesmo que atrasado, foi levado à estrutura das relações capitalistas e se viu sujeito às suas leis de funcionamento. Enquanto cada nação entrou na divisão internacional do trabalho sobre a base do mercado mundial capitalista, cada uma participou de forma peculiar e em grau diferente na expressão e expansão do capitalismo, e jogou diferente papel nas distintas etapas de seu desenvolvimento. (NOVACK, 1988, P. 33-34)

As diferenças no desenvolvimento do capitalismo nos países centrais e periféricos estão relacionadas, sendo duas faces de um mesmo processo. Sendo assim, a condição de dependência dos países periféricos é resultado e, ao mesmo tempo, contribui para o desenvolvimento dos países centrais.

Assim, em função do desenvolvimento desigual e combinado, como a associação de elementos “arcaicos” e “modernos” dos países periféricos, Fernandes (1968) constrói o conceito de capitalismo dependente. Trata-se de uma forma específica do capitalismo em uma de suas fases de desenvolvimento – o capitalismo monopolista.

Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do ‘cálculo capitalista’ do agente econômico privilegiado. (FERNANDES, 1968, p. 65)

Porém, esta relação de dependência não é consequência exclusiva da dominação externa, mas sim uma articulação entre as economias hegemônicas e as dependentes. Assim, Fernandes (1968) analisa a forma de integração do país à economia internacional, que foi subordinada aos interesses dos países imperialistas. Porém, esta relação de subordinação não foi imposta, mas sim vinculada ao interesse da burguesia local em reproduzir, internamente, a relação de dominação. Para limitar a organização e participação da classe trabalhadora e garantir a manutenção de seus interesses, a burguesia brasileira associa-se à burguesia internacional, o que

Fernandes (1975) caracterizou como “padrão compósito de hegemonia burguesa”.

Por isso tal padrão de hegemonia burguesa anima uma racionalidade extremamente conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a propriedade individual, a iniciativa privada, a livre empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político. (ibidem, p. 108)

Ainda segundo o autor, a questão não se trata de distinguir a burguesia nacional da burguesia internacional, pois o problema não é a existência de duas burguesias, mas sim de uma hegemonia burguesa que é duplamente composta.

Lima (2017) destaca que a burguesia brasileira não pode ser considerada “fraca”, tendo em vista o grau de autonomia relativa que possui para negociar as condições de dependência pactuada com os países centrais. Ela detém o poder econômico, social e político, controla a máquina estatal e conta com auxílio externo para atualizar as formas de socialização, cooptação, opressão e repressão intrínsecos à dominação burguesa.

Assim, o desenvolvimento no capitalismo dependente preserva a prevalência do mercado, associada à intervenção reguladora do Estado, seguindo as diretrizes dos países imperialistas e com a condução interna da burguesia brasileira. Segundo Lima (op. Cit.):

Este processo evidencia que, de fato, os países imperialistas investem no desenvolvimento do capitalismo nos países capitalistas dependentes, desde que eles cresçam nos marcos do **padrão dual de expropriação do excedente econômico**, isto é, pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida, tanto pela burguesia brasileira, como pela burguesia internacional, duas faces de um mesmo projeto burguês de sociabilidade. (p. 94, grifo nosso)

A acumulação do capital beneficia, ao mesmo tempo, tanto os capitalistas hegemônicos quanto os dependentes. Estes últimos não são compelidos a repartir os excedentes com os primeiros, embora estejam sujeitos, realmente, a cessão permanente de suas riquezas, o que impede que o agente econômico privilegiado tenha o monopólio de tal excedente. Porém, a relação de dominação externa se reproduz na dominação interna, traduzida na exploração e dominação da classe trabalhadora, garantindo os privilégios e a divisão do excedente. (LIMOEIRO-CARDOSO, 1997)

Os países dependentes de origem colonial, com suas “arcaicas” estruturas econômicas, sociais e políticas, não sofrem grandes transformações em tais esferas. Do contrário, elas são mantidas e apenas adaptadas superficialmente às novas exigências postas pelo capitalismo.

Nas “sociedades nacionais” dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustada aos padrões capitalistas de vida econômica. Na fase de ruptura do regime colonial, tais estruturas alimentam e tornam possível a adaptação aos dinamismos econômicos do mercado mundial, que na realidade desencadeiam e condicionam a transição, e servem de base à gradual formação de uma economia nacional “independente”. (FERNANDES, 2006, p. 179)

Os países latino-americanos não puderam impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político dos países hegemônicos. Assim, a absorção de certa forma de organização capitalista da economia se dava em função de uma mudança na dinâmica do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, as organizações aristocráticas, oligárquicas ou plutocráticas da sociedade concentravam perpetuamente a riqueza, o prestígio social e o poder, excluindo permanentemente o povo. (FERNANDES, 1975)

O Brasil apresenta o tipo mais complexo de capitalismo dependente, se comparado a outros países da América Latina, conjugando aspectos mais “arcaicos” e mais “modernos” de estratificação social. Para analisar o processo de desenvolvimento do capitalismo no país, é necessário considerar que a sociedade nacional teve origem como parte da expansão do mundo ocidental e do papel que os portugueses desenvolveram no processo. A “colonização” coincidiu com a crise do mundo medieval, e pressupunha a renovação do regime estamental, através da associação entre grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial. (FERNANDES, 1968)

As estruturas econômicas, sociais e políticas coloniais não apenas deram forma à sociedade nacional que se seguiu, mas também delimitou as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial. Tais estruturas se mostraram flexíveis, ao se adaptar rapidamente à dinâmica de importação e exportação, controladas economicamente por um centro hegemônico externo e politicamente de forma interna. Ao mesmo tempo se mostraram inflexíveis em relação à absorção de dinamismos econômicos

indispensáveis ao desenvolvimento interno do capitalismo, sendo condicionado pela velocidade com que as estruturas coloniais eram superadas. (FERNANDES, 2006)

O grau de resistência encontrada pode ser avaliado pela posição que a Inglaterra se viu forçada a tomar no combate à escravidão e ao tráfico, bem como pelos conflitos daí decorrentes. A seleção das influências dinâmicas do mercado mundial seguiu, portanto, uma linha relativamente rígida, em grande parte determinada pelos interesses econômicos da aristocracia agrária. (ibidem, p. 180)

A ordem social escravocrata e senhorial, portanto, não respondeu prontamente aos requisitos para o desenvolvimento do capitalismo. E mesmo quando tais requisitos eram atendidos, isto se dava de forma parcial ou até ineficaz, e sempre sujeito aos interesses dos estamentos senhoriais. (ibidem)

Ademais, o desenvolvimento interno do capitalismo se deu de forma lenta e gradual, na medida em que a estrutura escravocrata se dissolvia, possibilitando a reorganização das estruturas de produção. Porém, nem todos os limites postos a tal desenvolvimento eram fruto de resistência dos estamentos senhoriais, mas da própria condição de economia capitalista dependente de origem colonial, “periférica” e “marginal”. (ibidem)

As revoluções burguesas de *via prussiana* ocorreram de forma particular. A debilidade das burguesias que as impulsionaram culminou na perda do poder revolucionário, tendo em vista que foram forçadas a conciliações com setores conservadores da sociedade. Assim, a fragilidade do reconhecimento do regime de classes no Brasil e seu traço ultra-elitista prejudicaram o êxito da luta de classes como motor da revolução nacional e democrática.

Não herdamos de um mundo feudal em crise a argamassa para a construção de uma nova sociedade. Um ponto de partida tosco expunha burgueses e proletários a uma luta sem quartel, que deita raízes no escravismo colonial e no escravismo moderno, na qual eles se empenham antes de possuírem identidades próprias, movidos pelas estruturas e pelos dinamismos de um modo de produção que iria crescer e, aos poucos, impor as premissas históricas de sua existência e desenvolvimento (ou seja, o contrato, a sociedade civil, o Estado burguês etc. (FERNANDES, 1985, p. 42)

A formação do Estado nacional independente se deu sem que ocorressem transformações na organização econômica ou social, ou seja, sem uma ruptura com o regime estamental. Assim, os laços coloniais apenas se alteraram de jurídico-políticos para puramente econômicos. (Fernandes, 1968)

No entanto, esse processo histórico-social, que vinculou o destino da Nação emergente ao neocolonialismo, provocou consequências de enorme monta para a estruturação e a evolução do capitalismo dentro do país. Em um nível, como revolução política, ele culminou na eliminação das formas preexistentes de expropriação colonial, de fundamento “legal”; na reorganização do fluxo interno do excedente econômico, o qual deixou de ser estritamente regulado a partir de fora; e na transferência de poder político institucionalizado para as elites nativas (ou seja, as elites dos estamentos senhoriais). No nível econômico, ele não teve o mesmo sentido revolucionário. As estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficaram intactas, como condição mesma, seja para o controle do poder pelas elites senhoriais nativas, seja por causa das necessidades do mercado mundial, em relação ao qual a economia tropical preenchia uma função especializada, de natureza heteronômica. (FERNANDES, 1968, p. 22)

Portanto, a ruptura com o antigo sistema colonial não representou independência econômica, visto que a ausência de riquezas que pudessem viabilizar seu ingresso no mercado mundial e estruturas internacionais de poder contribuiu para uma forma de desenvolvimento distinta dos países centrais. (ibidem)

Assim, o Brasil, livre politicamente, mas economicamente dependente, não evoluiu para o capitalismo em função de estruturas socioeconômicas associadas à exportação de produtos primários. A economia só adquiriu caráter capitalista ao romper com o antigo sistema colonial, mas mantendo as funções extracapitalistas e sua organização (poder econômico, social e político dos grandes proprietários rurais), mesmo com o “fim” da escravidão e universalização do trabalho livre.

A modernização que passou a ocorrer representou uma europeização, mas não se tratando da reprodução da evolução do capitalismo na Europa. Ela operou grande avanço em diversas esferas da vida social, mas, sobretudo, representou uma europeização das aspirações das elites, ajustando seus interesses às estruturas requeridas pelo capitalismo, em âmbito econômico, social e jurídico-político.

Sob o capitalismo dependente, o sistema econômico se integra de forma distinta do capitalismo avançado, equilibrando estruturas econômicas em diferentes estágios de evolução e também não exprime equilíbrio articulado do todo, mas o conjunto de tendências que regulam situações econômicas em bases capitalistas. Além disso, grande parte do excedente econômico provém

da exportação de produtos do setor primário, direcionada pela procura externa, produzidos com técnicas anacrônicas e agregando formas heterogêneas de produção. Evidencia-se, como parte integrante do capitalismo dependente, o aspecto “arcaico” da economia interna. A combinação entre economia de subsistência e produção para exportação tende a transferir a pressão para o trabalhador, intensificando a exploração do trabalho. (FERNANDES, 1968)

Ainda segundo Fernandes (1968), tais formas heterogêneas de produção, bem como seus efeitos para o desenvolvimento regional, podem levar a interpretações dualistas e equivocadas – a ideia de dois Brasis. Essa realidade, porém, atende a determinada função da economia mundial, e possibilita a exploração da força de trabalho em limites extremos em base anticapitalistas, semicapitalistas e capitalistas.

O agente econômico “arcaico” exerce funções específicas, de acordo com sua posição no sistema econômico. Ao exportar o excedente econômico e alimentar o mercado interno (de forma limitada), atua como elo com o setor “moderno”. Portanto, ainda que ocorra um crescimento econômico, ele não é traduzido em autonomia ou independência, pois “tanto o setor arcaico mantém, cronicamente, sua dependência diante do capital externo, quanto o setor moderno surge em um clima de associação indireta com esse capital.” (ibidem, p. 66)

Assim, o processo de modernização brasileiro, marcado pela “modernização do arcaico” e “arcaização do moderno”, pela conglomeração de formas heterogêneas de produção, representa a materialização da “Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado” da sociedade. Somente “o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma *descolonização mínima*, com uma *modernização máxima*.” (FERNANDES, 2006, p. 209)

É possível constatar que o desenvolvimento urbano, seguindo a lógica do desenvolvimento capitalista, ocorreu paulatinamente e em ritmo desigual. O processo de modernização ainda conservou estruturas “arcaicas” que remetiam, em vários aspectos, ao antigo regime, o que caracterizou, segundo Fernandes (1968), a “condição colonial permanente”.

Está claro que essa condição se altera continuamente: primeiro, se prende ao antigo sistema colonial; depois se associa ao tipo de

colonialismo criado pelo imperialismo das primeiras grandes potências mundiais; na atualidade, vincula-se aos efeitos do capitalismo monopolista na integração da economia internacional. Ela se redefine no curso da história, mas de tal modo que a posição heteronômica da economia do país, em sua estrutura e funcionamento, mantém-se constante. O que varia, porque depende da calibração dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexo da dependência, a polarização de hegemonia e o poder de determinação do núcleo dominante. (ibidem, p. 26)

### 3. ESTADO BRASILEIRO E SUA CONFORMAÇÃO

A formação da sociedade brasileira foi um processo marcado pela violência, cerceamento da fala e anulação do dissenso, que evidenciou a total incompatibilidade da dominação burguesa com a democracia. A classe dominante se apropriou da esfera pública, submetendo-a e reduzindo-a a seus interesses privados.

Oliveira (1999) esclarece que a esfera pública de sujeitos privados é o lugar da concorrência entre os capitais, mas trata-se de uma esfera pública burguesa. Assim, a burguesia se apropria da esfera pública, privatizando-a, dissolvendo-a, apropriando-se privadamente dos conteúdos do público e reduzindo-a a seus interesses. O autor definiu este processo como a privatização do público, que não significa, somente, a privatização das empresas privadas, mas é uma falsa consciência de desnecessidade do público. Essa falsa consciência se materializa na [suposta] falência do Estado, em função da dívida pública interna, criando a falsa imagem que as burguesias, o privado, emprestam ao Estado, e que este só poderia se sustentar como uma extensão do privado. Porém, a realidade é exatamente oposta: a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado.

Disso decorre a tendência à *dança das cadeiras* entre altas posições no Estado e em empresas privadas: ministros e outros ocupantes de cargos importantes, oriundos de empresas privadas, retornam a elas imediatamente após deixar as posições no governo. Tal relação *promíscua* dilui as fronteiras entre público e privado<sup>1</sup> e demonstra que a racionalidade dos agentes públicos,

---

<sup>1</sup> Tal diluição das fronteiras entre público e privado está presente desde o período colonial, sendo um traço constitutivo do capitalismo no Brasil.

e conseqüentemente de suas decisões, é fundamentalmente privada. Assim, as próprias empresas estatais passam a funcionar pela lógica privada, pois para a burguesia já não é necessário que parte do mercado opere outra lógica.

Para as classes dominadas, a destruição do público representa a destruição de sua política, o roubo de sua fala, sua exclusão do discurso reivindicativo e, em última instância, seu desmantelamento enquanto classe.

Ao analisar a formação da sociedade brasileira, Oliveira (op. cit.) destaca que a burguesia nacional não rompeu com as bases do poder latifundiário<sup>1</sup>, ao mesmo tempo em que se submeteu ao imperialismo internacional, realizando a transição para a dominação de classe sem uma ruptura revolucionária. O capitalismo introduziu transformações na estrutura das relações sociais – a necessidade de um proletariado independente, fim dos laços camponeses de dependência e servidão – ameaçam o sistema de dominação de classes, ao que a burguesia reage em forma de ditaduras.

Assim, a história brasileira é marcada pelos períodos de ditadura, que somam 35 anos, e também pelas tentativas frustradas de golpe. A luta pela democratização, pela tentativa de *fazer política*<sup>2</sup>, pela criação de uma esfera pública partiu, quase que exclusivamente, das classes dominadas. Florestan Fernandes definiu a classe trabalhadora como o antagonista do Estado e do poder, pois as condições de exploração, expropriação, opressão e humilhação excedentes alimentam condições potencialmente revolucionárias.

É importante recuperar a análise feita por Fernandes (1975) acerca da contrarrevolução burguesa, caracterizando-a de duas formas: “a quente”<sup>3</sup>, que representa a ação violenta, relacionada ao Estado autocrático e o regime burguês-militar, e “a frio”, que representa as ações do Estado para manutenção da ordem, mas sem o enfrentamento direto, como no caso da ditadura.

Assim, o conceito é ampliado e define as ações para a manutenção da ordem do capital, bem como a prática de uma “democracia restrita”,

---

<sup>1</sup> E, por este motivo a burguesia brasileira pode ser considerada uma *oligarquia burguesa*.

<sup>2</sup> “Política no sentido em que a definiu Rancière, já citado: a da reivindicação da parcela dos que não têm parcela, a da reivindicação da fala, que é, portanto, dissenso em relação a como se reparte o todo, entre os que têm parcelas ou partes do todo e os que não têm nada”. (OLIVEIRA, 1999, pp. 60-61)

<sup>3</sup> “O regime vigente, instituído em 1964 através de um golpe militar e em nome de ‘ideais revolucionários’, constitui, de fato, uma contrarrevolução. Seu caráter contrarrevolucionário se evidencia de modo específico, tanto em termos do seu significado interno, quanto à luz da situação mundial.” (FERNANDES, 1980, p. 113)

combinando repressão e ampliação da participação política, mas de forma regulada. Para isso, a totalidade da vida social é decomposta em política e econômica, permitindo que o controle da produção e sua apropriação pela burguesia sejam classificados como questões econômicas, mas descoladas da esfera política. (LIMA, 2017)

Assim, têm-se uma cidadania abstrata, baseada na aparente igualdade jurídica entre trabalhadores e burgueses, e totalmente afastada da luta de classes. Lima (op. cit., p. 98) destaca ainda que através da contrarrevolução “a frio”, a burguesia permitiu o alargamento da participação política dos trabalhadores, mas sem colocar em risco as formas de dominação capitalista, adotando a estratégia de contrerrevolução preventiva e prolongada, através do pacto de dominação entre as frações da burguesia (brasileira e internacional), a aliança com a burocracia sindical e partidária dos trabalhadores, e a limitação da luta destes à ação constitucional e parlamentar, estimulando o *aburguesamento das suas burocracias sindicais e partidárias*.

O que é a democracia burguesa: como forma política da república democrática, uma ditadura de classe dissimulada com fundamento na representação, na divisão de poderes e nos direitos fundamentais dos cidadãos; como forma política dos regimes burgueses de exceção, uma ditadura de classe explícita, pela qual o poder real da minoria se organiza e se impõe sem o consentimento da maioria, garantindo pela força a eficácia da democracia restrita (FERNANDES, 1980, p. 14).

Assim, é possível concluir que a dominação burguesa é incompatível com a democracia. A classe trabalhadora é historicamente excluída do processo decisório, e mesmo quando parcelas da classe alcançam o protagonismo, elas não representam a totalidade da classe, não têm a centralidade no processo decisório e não participam, de fato, da disputa pelo poder, tendo em vista que tal disputa se dá entre as diferentes frações da burguesia e não coloca em risco sua hegemonia enquanto classe. A “revolução dentro da ordem” não deve ser um fim em si mesmo, mas deve ter como horizonte a “revolução contra a ordem”, pois cidadania e democracia não podem ser verdadeiramente conquistadas na ordem do capital.

A experiência demonstrou que ainda não chegamos a esse ponto de ruptura e que, de outro lado, o inconformismo das elites (de classes médias e altas) não é bastante sólido para criar uma alternativa histórica dentro e a partir da ordem social competitiva. O

que significa que só as classes sociais destituídas e o proletariado poderão forjar essa alternativa, mas fora e contra a ordem existente, o que exige que suplantem a dominação burguesa interna e externa, bem como se mostre aptos para desencadear uma revolução socialista. (FERNANDES, 2013, p. 38)

#### 4. CONCLUSÃO

Considerar a forma de integração do Brasil à economia mundial, sempre subordinado aos interesses dos países imperialistas e, ao mesmo tempo, reproduzindo internamente as relações de dominação e exploração, é fundamental para compreender os reflexos dessa dinâmica (a herança colonial, escravista, a formação de uma burguesia – ou uma *oligarquia burguesa* – conservadora e despótica), que, somados às particularidades da formação social brasileira, marcada pela violência, cerceamento da fala e anulação do dissenso, formam o cenário atual que tem sido palco de barbáries constantes.

O capitalismo é incompatível com a democracia plena. A fala e a participação dos trabalhadores são negadas, e a disputa pelo poder decisório se dá exclusivamente entre as frações da burguesia, não colocando em risco sua hegemonia. Como estratégia da contrarrevolução burguesa preventiva e prolongada, vê-se a *política de conciliação de classes*, através da articulação com parcelas da classe trabalhadora: a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora é convertida à ordem, não representando, de fato, o conjunto dos trabalhadores e deslegitimando a luta pela “revolução contra a ordem”. Esse processo foi evidenciado nos governos petistas.

Atualmente a classe trabalhadora enfrenta um momento ainda mais *sombrio*. Momento em que o caráter ultraconservador da burguesia tem ficado cada vez mais evidente, com os ataques vorazes aos direitos dos trabalhadores. O discurso falacioso acerca da *meritocracia* tenta mascarar as contradições inerentes a este sistema econômico perverso. Mesmo com todo o esforço, dedicação, e sacrifícios para conciliar a formação com as demais esferas da vida, não há nenhuma garantia que o(a) trabalhador(a) conseguirá alcançar as aspirações de uma vida mais *digna*. Por outro lado, nem todos os que tiveram êxito em ocupar posições de destaque precisaram se esforçar para isso, tendo em vista os privilégios dos (as) filhos (as) das classes dominantes,

e a corrupção estrutural que também pode ser percebida nas “indicações” e nos cargos de “cabide”. E não há, dentro da ordem vigente, possibilidade de superação desta realidade, pois não existe *capitalismo humanizado*.

As análises e os debates precisam avançar, e eles não possuem uma relevância meramente acadêmica, mas sim de transformação desta sociedade, ou, nos termos de Florestan Fernandes, na luta por *uma revolução dentro da ordem* visando à *revolução contra ordem*, pois temos clareza de que a superação das relações de exploração e dominação só será alcançada com a superação das relações capitalistas de produção, ou seja, a superação do próprio capitalismo. Nas palavras de Florestan Fernandes (1985):

Há uma revolução silenciosa em marcha, uma revolução ligada aos deslocamentos internos de milhões de miseráveis, que esfacelam pura e simplesmente a ordem existente (a qual não se move para absorvê-los – pois não tem como!), e ao clamor dos que se proletarizam (também milhões), vinculando entre si várias formas de população excedente, o exército ativo dos trabalhadores e o imenso, incontável, exército industrial de reserva. Uma história que parece sem bússola, mas que caminha rapidamente na direção de uma sociedade nova, como produção social dos oprimidos. (p. 82)

Recuperar o pensamento de Florestan Fernandes contribui para reacender a esperança de que existe, sim, uma revolução silenciosa em marcha. Este processo pode ser lento, e com certeza será árduo. Mas é crucial a reorganização da classe trabalhadora no processo de construção da revolução contra a ordem.

## REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. São Paulo: Dominus, 1965.

\_\_\_\_\_. **A nova república?** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. **A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Brasil: em compasso de espera**. Pequenos escritos políticos. São Paulo: HUCITEC, 1980. (Coleção Pensamento Socialista).

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

\_\_\_\_\_. **Mudanças Sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. Digital. São Paulo: Global Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. (Biblioteca de Ciências Sociais)

LIMA, Kátia. Brasil em tempos de contrarrevolução. In: ANDES, Brasília, ano XXVII, n. 59, semestral, 2017.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Capitalismo dependente, Autocracia burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes. IEA, 1997. (Coleção Documentos n. 18, Série História Cultural 6, Instituto de Estudos Avançados, USP).

Disponível em:

[http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf/at\\_download/file](http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf/at_download/file). Acesso em: 25 nov. 2017.

LOWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, n. 1, jan. 1998. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-1-06.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

LUKACS, Gyorgy. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

\_\_\_\_\_. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, Vol. I, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, Vol. I, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

\_\_\_\_\_. **O prefácio de 1859**. Para a crítica da economia política. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Victor Civita, 1974. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

NOVACK, George. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade**. São Paulo: Editora Rabisco, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de.; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999.